



Mogno – o “ouro verde” da destruição da Amazônia

Nos últimos 30 anos, 15% da Amazônia Brasileira, foi completamente destruída. A área, maior do que o território da França, corresponde a mais de 590 mil quilômetros quadrados. Por trás desta destruição está o crescimento dramático da atividade madeireira ilegal e predatória. Em 1970, a Amazônia era responsável por apenas 12% da produção de madeira tropical do Brasil. Hoje, já chega a 90% da produção de madeira tropical, estimada em 30 milhões de metros cúbicos por ano¹.

Uma espécie em particular – o mogno brasileiro (*Swietenia macrophylla*) – torna possível a destruição da Amazônia ao abrir as portas para o desenvolvimento e atividades destrutivas. Este “ouro verde” da Amazônia fatura mais de US\$ 1,6 mil por metro cúbico no mercado internacional, destino final de mais de 70% da produção de madeira tropical^{2,3}.

O Cinturão do Mogno é uma região de floresta rica em espécies de madeira nobre e áreas de conservação ecológica. Ela cobre cerca de 800 mil quilômetros quadrados da Amazônia Brasileira e vai do sul do Pará ao estado do Acre, cruzando o norte do Mato Grosso, Rondônia e o sul do estado do Amazonas. Não é por coincidência que, atualmente, o Cinturão do Mogno é conhecido como “Cinturão do Desmatamento”.

No estado do Pará, a maior concentração remanescente de mogno está localizada em terras indígenas. O alto preço do mogno no mercado internacional e a falta de controle por parte das autoridades brasileira apenas serviram para encorajar a exploração ilegal de madeira em terras indígenas.

Há dois anos, o chefe dos índios Kayapó, Megaron, foi citado pelo jornal *O Estado de São Paulo*. No artigo, Megaron afirmava que os índios recebem R\$ 50 (US\$ 20) para permitir a retirada de mogno. As poucas companhias madeireiras que controlam o mercado exportam a mesma árvore, reduzida a 3 metros cúbicos de madeira serrada, por cerca de US\$ 2,4 mil no Porto de Belém. Esta incrível margem de lucro explica porquê os madeireiros estão invadindo terras indígenas. Megaron, que é um grande crítico do sistema, disse no mesmo artigo que “os índios devem pedir mais dinheiro aos madeireiros”.

Estradas da destruição

Em sua busca por estoques preciosos de mogno, madeireiros abriram milhares de quilômetros de estradas ilegais no estado do Pará, hoje o maior produtor e exportador de madeira amazônica.

Atividades madeireiras intensivas e predatórias esgotaram os estoques de mogno no sul do Pará. Madeireiros invadiram territórios indígenas nas proximidades da Terra do Meio. Em 1985, eles abriram mais de 500 km de estrada, ao norte da cidade de Tucumã, invadindo as terras indígenas de Apyterewa⁴. Esta estrada trouxe centenas de colonizadores para a região e a área total de territórios indígenas foi reduzida pelo governo.

¹ Ministério do Meio Ambiente, nota técnica do desmatamento na Amazônia e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Maio de 2001

² “A exploração de um precioso recurso da Floresta Amazônica: o caso do mogno”, Veríssimo, Barreto, Tarifa e Uh1, em “Ecologia e Gerenciamento”, 1995; e “O corte predatório do mogno: ameaça ao futuro da Amazônia”, Greenpeace, 1992

³ Hardwoodmarkets.com, Agosto de 2001

⁴ “O corte predatório do mogno: ameaça ao futuro da Amazônia”, Greenpeace, 1992



Muitos conflitos violentos foram registrados em territórios indígenas. De acordo com o Botanical Journal of the Linnean Society ⁵, “não se sabe quantos índios foram assassinados por causa de oposição à atividade madeireira em suas reservas. Os índios têm sido forçados a tomarem atitudes diretas, algumas vezes violenta, em sua tentativa de acabar com as atividades madeireiras ilegais em suas terras”.

Recentemente, madeireiros e mineiros também cruzaram o Rio Xingu em direção ao oeste, invadindo territórios públicos na Terra do Meio.

Até mesmo o famoso líder dos garimpeiros da Amazônia, José Altino Machado, está assustado com a velocidade da invasão. Em uma entrevista publicada em agosto de 2001, ele afirma que, desde 1995, madeireiros e fazendeiros abriram 600 km de estrada entre São Félix do Xingu e Itaituba. “Estas estradas não estão na fronteira, e sim no coração da Floresta Amazônica”, declara. José Altino se tornou famoso ao liderar um exército de 40 mil garimpeiros, que invadiu o território dos índios Yanomami, nos anos 80. Hoje, ele usa suas propriedades e aviões particulares – bens acumulados na era da mineração – para ajudar fazendeiros e madeireiros a invadirem a Terra do Meio. De acordo com José Altino, outros 400 km de estradas estão sendo atualmente abertas na região.

Histórico de Campanha

Desde a ECO-92, sediada no Rio de Janeiro em 1992, o Greenpeace tem trabalhado pela proteção do mogno e da Amazônia Brasileira. A organização realizou campanhas para que o mogno fosse listado no Anexo II do CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas), mas o Governo Brasileiro sempre se opôs a esta medida, argumentando falta de evidências de que os estoques estão esgotados.

Em 1996, depois da divulgação de dados alarmantes sobre o desmatamento pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), além de uma forte campanha do Greenpeace e outras ONGs, o Governo Federal declarou uma moratória de dois anos para novos projetos de exploração do mogno. A moratória foi estendida e, agora, vale até junho de 2002.

O Governo também decidiu fixar cotas anuais para a exportação de mogno. O volume a ser exportado é determinado a cada ano e tem sido reduzido progressivamente. Em 2000, a cota era de 50 mil metros cúbicos. Para 2001, a cota está limitada em 30 mil metros cúbicos.

Em 1997, o Greenpeace pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso um inventário completo sobre os estoques de mogno remanescentes, prometido pelo Governo desde 1992. O inventário ainda não foi realizado.

Em 1998, o Greenpeace pediu ao Governo a realização de inspeção dos planos de manejo florestais autorizados para exploração do mogno. Atualmente, voltamos a repetir esta demanda.

⁵ Watson, 1996, “A vista da floresta: o impacto da exploração de madeira em terras indígenas brasileiras”, Botanical Journal of the Linnean Society, citado pelo Forest Monitor, 1998.



Investigações do Greenpeace

2000

Em julho de 2000, o Greenpeace investigou a região de São Félix do Xingu e descobriu exploração ilegal de mogno na mesma região das terras indígenas Kayapó investigada novamente em 2001. A documentação em vídeo das descobertas foi entregue às autoridades ambientais. Em setembro de 2000, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e autoridades policiais realizaram a Operação Xingu, que envolveu 22 inspetores do IBAMA e 16 agentes da Polícia Federal.

De acordo com os inspetores que participaram da Operação Xingu, a investigação foi muito difícil e perigosa. O helicóptero do governo, por exemplo, foi sabotado quando alguém colocou diesel no tanque de combustível e os postos se recusaram a atender os agentes do governo.⁷

Na terça-feira, 26 de setembro de 2000, dois helicópteros com agentes do governo pousaram na área conhecida como “Camaçari”, no território indígena Kayapó. Os agentes não encontraram os madeireiros, que desapareceram. No seu lugar, índios Kayapó armados dominaram o grupo. Depois de uma longa negociação, os chefes Krekretum e Pykararankr, líderes da tribo Cocraimoro, libertaram os agentes, que deixaram para trás 1,9 mil metros cúbicos de mogno que eles tentaram apreender dentro da reserva indígena. Agentes locais da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) foram apontados como “guardiões legais” da madeira. O governo tentou negar o sequestro de seus agentes, mas o jornalista Nicolau Farah, que estava em um dos helicópteros, confirmou o fato e a história foi publicada no Jornal do Brasil em 28 de setembro de 2000.

O IBAMA e a Polícia Federal mudaram sua base, instalada em São Félix do Xingu, e fiscalizaram serrarias da região de São Félix, Xinguara e Tucumã. Durante este período, 15.917 metros cúbicos toras de madeira e 237 metros cúbicos de madeira serrada foram apreendidos. As companhias envolvidas foram multadas em um total de R\$ 6 milhões (cerca de US\$ 2,4 milhões). Do total de madeira apreendida, 7.924 metros cúbicos de toras de madeira e 123 metros cúbicos de madeira serrada eram de mogno.

Em janeiro de 2001, três das companhias – Serra Dourada, Pirizina e Ouro Verde – receberam de um Juiz local uma decisão provisória permitindo a comercialização do mogno. Foi uma autorização extraordinária, já que a exploração ilegal de madeira é crime, fora da jurisdição de um tribunal local.

2001

Em setembro de 2001, um time de investigação do Greenpeace pesquisou as operações ilegais de madeira na Terra do Meio e nos territórios indígenas localizados nas proximidades. Esta é a terceira expedição da organização na área, depois das investigações terrestres e aéreas realizadas em 1999 e 2000.

Usando GPS⁸, câmeras de vídeo digitais e equipamentos fotográficos, o Greenpeace descobriu estradas abertas por madeireiros e pistas de decolagem no território indígena Araweté e Apterewa, assim como na própria Terra do Meio.

⁶ Ver “O Mogno no Sudeste do Pará, Brasil, um Estudo da História de Vida com Diretrizes para a Produção Sustentável em Florestas Naturais”, James Grogan, Universidade de Yale, Abril de 2001.

⁷ Informação pessoal de um dos líderes da expedição.

⁸ GPS – Sistema de Localização Geográfica, equipamento orientado por satélite para localizar uma posição geográfica.



No entanto, a descoberta mais significativa estava localizada na posição S 07° 26'802" e W 052° 41'169". O Greenpeace encontrou e documentou um grande pátio de exploração madeireira no território Kayapó, na margem esquerda do Rio Xingu, cheio de caminhões, carros, escavadoras mecânicas e centenas, talvez milhares, de toras de madeira. Uma grande estrada sai do pátio na floresta Kayapó Menkragnoti, em direção ao oeste. No pátio de exploração de madeira, também usado como porto, barcos esperam para levar a madeira até as serrarias. Uma pesquisa aérea da área denunciou o transporte de mogno rio abaixo, em direção a São Félix do Xingu, uma importante cidade madeireira na fronteira da Terra do Meio. Outro pátio de exploração madeireira menor foi encontrado na fronteira com o território Kayapó, na margem direita do Xingu, ao norte das terras Kayapó e Gorotire. De novo, uma estrada foi encontrada, partindo do pátio para a floresta.

A lei brasileira proíbe a exploração de madeira em terras indígenas⁹. O Greenpeace entregou as evidências (uma cópia do vídeo e fotografias) da exploração de mogno na Amazônia para o Gabinete Geral da República e para o IBAMA, em Brasília, pedindo a completa investigação dos responsáveis pelo comércio de mogno e outras espécies nobres retiradas ilegalmente de terras indígenas.

Sumário

Atualmente, há apenas 13 Planos de Manejo Florestal (PMFs) para exploração do mogno em situação "legal" na Amazônia. Todos eles estão no estado do Pará, dentro da Terra do Meio ou em suas proximidades. O proprietário de 8 destes 13 projetos esteve envolvido em atividade ilegal, de acordo com dados oficiais.

O Greenpeace acredita que as autorizações fornecidas pelo IBAMA, cobrindo poucos PMFs, estão sendo usados para "legalizar" a exploração predatória de mogno em território indígena.

Investigações recentes do Greenpeace recaíram sobre alguns desses PMFs e encontraram pequenos sinais de atividade madeireira. Entrevistas prévias com os moradores da região e com madeireiros de grandes centros de exploração de mogno (São Félix do Xingu, Tucumã, Xinguará, Rio Maria, Redenção, etc) – assim como com autoridades governamentais e pesquisadores independentes¹⁰ – convenceram o time de investigação do Greenpeace que há poucos e limitados estoques de mogno fora das terras indígenas e das reservas federais. Muitos artigos da imprensa brasileira confirmam a invasão de territórios indígenas por madeireiros em busca de mogno.

O relatório da exploração ilegal de mogno acaba com a credibilidade do comércio responsável no mercado internacional e com as autoridades ambientais do Brasil. O problema pode ser solucionado facilmente se ações efetivas forem tomadas tanto pelo Governo Brasileiro como pelo mercado internacional.

⁹ Há apenas uma exceção: um projeto de atividade sustentável no território indígena Xicrin, que é autorizado pelo governo. O projeto está sendo monitorado por ONGs e visa a certificação pelo FSC.

¹⁰ Ver "O Mogno no Sudeste do Pará, Brasil, um Estudo da História de Vida com Diretrizes para a Produção Sustentável em Florestas Naturais", James Grogan, Universidade de Yale, Abril de 2001.



Demandas do Greenpeace:

O Greenpeace demanda do Governo Brasileiro que:

- Realize uma investigação completa sobre todos os Planos de Manejo Florestais para exploração do mogno. Esta investigação deve ser realizada pelo IBAMA com a participação de ONGs e a comunidade científica. (A única exceção seria a existência de projeto nas terras Xicrin. O Greenpeace acredita que o envolvimento de ONGs e de técnicos do governo neste projeto, que visa a certificação pelo FSC, seja suficiente para assegurar transparência e credibilidade).
- Revogue permanentemente todos os PMFs de companhias que “legalizam” a exploração ilegal de mogno e outras espécies nobres.